

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM OLHAR SOBRE O  
TRABALHO DO PROFESSOR**

**Aluno: Edgard Virgilino**

**Orientadora: Gabriela Schneider**

**Curitiba, fevereiro de 2010.**

## **AValiação DA APRENDIZAGEM: Um olhar sobre o trabalho do professor**

EDGARD VIRGILINO

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo focar a avaliação dentro dos novos paradigmas, fundamentados nas concepções de alguns estudiosos sobre o assunto. Verificar como é ainda realizada a avaliação na Rede Municipal de Ensino de Altonia e, a partir disso, promover ações que possibilitem reflexões que reflitam em mudanças significativas quanto a maneira de avaliar pelos profissionais do magistério da rede.

### **INTRODUÇÃO**

Somamos na Terra, orbe em que habitamos um aglomerado de aproximadamente sete bilhões de seres humanos, sendo que nenhum desses seres é totalmente idêntico ou igual, portanto situamo-nos, cada um, em um determinado grau de evolução, com características e personalidades que nos diferenciam uns dos outros.

No cotidiano do existir, na vivência diária, constantemente as pessoas se deparam comparando-se com os demais. Isto é, vive-se avaliando em relação àqueles com quem se convive ou se têm relacionamentos. Estabelece-se confronto com os pares em relação ao poder aquisitivo, à posição social, ao grau de escolaridade, à profissão que exerce. A comparação é inerente ao ser humano, e com certeza, no processo de escolarização não seria diferente. A escola, por meio de práticas avaliativas, busca comparar os alunos, classificá-los, porém este não deveria ser o objetivo central dessa.

A avaliação da aprendizagem escolar é parte integrante das atividades educativas onde todos devem estar envolvidos. Tanto a clientela escolar, mais precisamente professores, alunos, pais, equipes pedagógicas, gestores, secretarias de educação, conselhos escolares, conselhos de educação, sistemas de ensino; como a comunidade externa à escola, a sociedade, precisam estar comprometidos com esse ato que dia a dia vai assumindo proporção expressiva no cotidiano escolar.

O que se deseja, neste texto, é focar a avaliação da aprendizagem escolar como um dos meios, uma das estratégias, talvez a mais importante, para coadjuvar cada professor, cada educando na descoberta de “si mesmo” e, a partir daí, propici-

ar condições para a construção e constituição de cada “personalidade”, em busca de uma vida melhor.

A avaliação é, e precisa ser concebida como parte integrante desse processo. Necessita de competência técnica e capacidade de observação dos profissionais envolvidos.

Tendo ciência da existência de várias concepções de avaliação, pretende-se, nesse trabalho, tecer considerações, alicerçadas, nas pesquisas de diversos estudiosos sobre qual a precípua finalidade da avaliação da aprendizagem nas instituições de ensino da rede pública, buscando focar nas escolas do município de Altônia. Objetiva-se discutir como os educadores devem proceder em relação à avaliação da aprendizagem dos alunos, o que levar em consideração, o que priorizar, com que finalidade avaliar, o que fazer com o resultado obtido, que condução dar na continuidade das ações em relação ao planejamento estabelecido, que ações executar em relação aos alunos que não obtiveram o resultado esperado.

Afinal, ao proceder a avaliação dos educandos, pretende-se detectar problemas em relação ao processo ensino/aprendizagem que podem estar relacionados à aprendizagem dos alunos ou mesmo falha de planejamento em relação às metodologias e estratégias no momento de ministrar as atividades planejadas e a partir daí, procurar soluções para tanto. Ou busca-se, simplesmente, testar o conhecimento que se tentou transmitir nas aulas para depois classificá-los como de bom ou mau aproveitamento?

O presente estudo discute a avaliação dentro de uma perspectiva transformadora, sendo esta entendida como... *um recurso pedagógico útil e necessário para auxiliar cada educador e cada educando na busca e na construção de si mesmo e do seu melhor modo de ser na vida.*

Diante da presente concepção de avaliação, é necessário rediscutir a prática avaliativa na sala de aula, rediscutir o trabalho docente em relação a essa, repensar a formação desses profissionais e também repensar a função da escola como um todo.

O momento urge para que a educação seja concebida sob uma nova visão; isto é, a da cooperação em detrimento da competição. Como afirma Gabriel Chalita, ao pensar os educandos, deve-se saber que:

Suas Possibilidades não podem ser reduzidas a uma visão que compara e iguala os diferentes. Porque a simples comparação leva a uma competição

desnecessária. Por essas razões é que consideramos que a autonomia deve ser a palavra. Aprender a conviver. Aprender a respeitar as diferenças e, mais do que isso, aprender com elas. Raça superior não existe, nem gênero superior, nem etnia privilegiada. Não há cidadão de primeira ou de segunda categoria. A cidadania é para todos. Para todos os diferentes porque iguais não há. (CHALITA, 2009 p. 19)

Portanto a intenção é refletir, com base na literatura vigente, a questão da avaliação do processo de ensino e aprendizagem, enfocando o papel do professor. Busca-se superar a idéia de avaliação como mecanismo de classificação e exclusão, propondo uma avaliação diagnóstica, formativa. Para tanto o presente artigo se organiza, inicialmente trazendo uma discussão sobre as concepções de avaliação, tendo como pano de fundo a ação docente. Depois se apresenta um estudo de caso no município Altônia. Por fim, busca-se contrapor a realidade elucidada com as discussões existentes na área, buscando traçar novos delineamentos para a ação docente.

## **1. CONCEPÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO**

A avaliação se caracteriza, em geral, como um processo de diagnóstico que procura detectar deficiências, dificuldades a serem superadas ou como ato classificatório que discrimina e separa.

A avaliação, ainda hoje, da forma como tem sido, entendida e praticada nas instituições de ensino, se materializa como um elemento imprescindível da razão de ser destas entidades. É uma das bases, a pedra angular no desenvolvimento das atividades curriculares pré-estabelecidas. É tomada como centro do processo educativo para onde tudo converge e se direciona. E como ela é predominantemente realizada como “exame” por ter meramente um caráter classificatório, tem se constituído como fator de fracasso deste processo, principalmente nas escolas da rede pública de ensino.

O ato de avaliar deve ocupar uma posição importante, no processo de ensino e aprendizagem. Mas não deve ser o elemento central, nem a razão de ser deste. Se bem entendida e praticada, ela colabora no processo de aprendizagem, além de auxiliar o educando na superação de obstáculos, proporcionando-lhe oportunidades de sucesso. Portanto avaliar não significa simplesmente atribuir notas ao final de um

período para serem registrados nos documentos escolares, as chamadas “fichas individuais” e que no término do ano letivo vai determinar o seu prosseguir ou a sua retenção no ano ou série onde se situa.

As atitudes que se toma em relação à avaliação da aprendizagem, não se configuram como um ato separado, estanque, imparcial, na verdade, elas se ligam às noções que se partilha em relação à educação, à instituição escolar, ao processo ensino-aprendizagem, à noção que se tem sobre conhecimento, sobre sociedade. Portanto a forma como se realiza a avaliação projeta-se a visão que se tem sobre educação e sociedade, isto é, se é excludente, discriminatória, separatista ou acolhedora, transformadora, progressista, como se expressa Hoffmann:

Em relação à aprendizagem, uma avaliação a serviço da ação não tem por objetivo a verificação e o registro de dados de desempenho escolar, mas a observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que otimize os percursos individuais. (Hoffmann, 2001, p. 17)

Quando optamos por um procedimento conservador, a avaliação que aplicamos tende-se para uma escolha de forma seletiva, classificatória, onde os resultados são expressos em notas ou conceitos em períodos regulares, bimestres ou semestres, que caracterizam os alunos como bons ou maus, chegando-se ao final do ano letivo quando os mesmos são aprovados ou retidos. No entanto quando a nossa visão tende-se para uma escolha acolhedora, a avaliação tem como função principal detectar o motivo porque a aprendizagem não aconteceu. Ela serve de diagnóstico e indica que meios, metodologias e estratégias precisam ser utilizadas para que isto ocorra. Nesta perspectiva a avaliação leva em consideração as práticas escolares que estão sendo desenvolvidas; a comunidade onde a escola está inserida, a cultura da comunidade. Nesse caso a avaliação tem uma dimensão mais ampla, ela se constitui como uma parte do processo ensino-aprendizagem.

Na verdade estamos caminhando, na maioria das vezes, por duas vertentes: ora uma postura puramente tradicional, ora as concepções inovadoras, mas por vezes, ambas estão entrelaçadas, coexistindo. Ao que parece, estamos em um período de mudanças, na busca de novas práxis que nos possibilitam promover uma educação de melhor qualidade possível nas nossas escolas, queremos que elas se

tornem escolas públicas de qualidade. Para tanto, é preciso que avaliação se caracterize como parte fundamental do processo ensino-aprendizagem.

Para melhor discernir quanto à postura tradicional e a inovadora traça-se, no quadro abaixo, com base nos ideais de Luckesi (2 002), uma comparação entre as duas concepções:

CONCEPÇÃO TRADICIONAL	CONCEPÇÃO INOVADORA
<p><b>Foco na promoção</b> – o alvo dos alunos é a promoção. Nas primeiras aulas, se discutem as regras e os modos pelos quais as notas serão obtidas para a promoção de uma série para outra.</p> <p><b>Implicação</b> – as notas vão sendo observadas e registradas. Não importa como elas foram obtidas, nem por qual processo o aluno passou.</p>	<p><b>Foco na aprendizagem</b> – o alvo do aluno deve ser a aprendizagem e o que de proveitoso e prazeroso dela obtém.</p> <p><b>Implicação</b> – neste contexto, a avaliação deve ser um auxílio para se saber quais objetivos foram atingidos, quais ainda faltam e quais as interferências do professor que podem ajudar o aluno.</p>
<p><b>Foco nas provas</b> – são utilizadas como objeto de pressão psicológica, sob pretexto de serem um “elemento motivador da aprendizagem” seguindo ainda a sugestão de Comenius em sua Didática Magna criada no século XVII, É como ver professores utilizando ameaças como “Estudem! Caso contrário, vocês poderão se dar mal no dia da prova” ou “Fiquem quietos! Prestem atenção. O dia da prova vem aí e vocês verão o que vai acontecer...”</p> <p><b>Implicação</b> – as provas são utilizadas como um fator negativo de motivação. Os alunos estudam pela ameaça da prova, não pelo que a aprendizagem pode lhes trazer de proveitoso e prazeroso. Estimula o desenvolvimento</p>	<p><b>Foco na competência</b> – o desenvolvimento das competências previstas no projeto educacional deve ser a meta em comum dos professores.</p> <p><b>Implicação</b> - a avaliação deixa de ser somente um objeto de certificação da consecução de objetivos, mas também se torna necessária como instrumento de diagnóstico e acompanhamento do processo de aprendizagem. Neste ponto, modelos que indicam passos para a progressão na aprendizagem. Como a Taxionomia dos Objetivos Educacionais de Benjamim Bloom, auxiliam muito a prática da avaliação e a orientação dos alunos.</p>
<p><b>Os estabelecimentos de ensino estão centrados nos resultados das provas e exames</b> – eles se preocupam com as notas que demonstram o quadro global dos alunos, para a promoção ou repro-</p>	<p><b>Estabelecimentos de ensino centrados na qualidade</b> – os estabelecimentos de ensino devem preocupar-se com o presente e o futuro do aluno, especialmente com relação à sua inclusão so-</p>

<p>vação.</p> <p><b>Implicações</b> – o processo educativo permanece oculto. A leitura das médias tende a ser ingênua (não se buscam os reais motivos para discrepâncias em determinadas disciplinas).</p>	<p>cial (percepção do mundo, criatividade, empregabilidade, interação, posicionamento, criticidade).</p> <p><b>Implicações</b> – o foco da escola passa a ser o resultado de seu ensino para o aluno e não mais a média do aluno na escola.</p>
<p><b>O sistema social se contenta com as notas</b> - as notas são suficientes para os quadros estatísticos. Resultados dentro da normalidade são bem vindos, não importando a qualidade e os parâmetros para sua obtenção (salvo nos casos de exames como o ENEM que, de certa forma, avaliam e “certificam” os diferentes grupos de práticas educacionais e estabelecimentos de ensino).</p> <p><b>Implicação</b> – não há garantia sobre a qualidade, somente os resultados interessam, mas estes são relativos. Sistemas educacionais que rompem com esse tipo de procedimento tornam-se incompatíveis com os demais, são marginalizados e, por isso, automaticamente pressionados a agir de forma tradicional.</p>	<p><b>Sistema social preocupado com o futuro</b> - já alertava o ex-ministro da Educação, Cristóvão Buarque: “Para saber como será um país daqui há 20 anos, é preciso olhar como está sua escola pública no presente”. Esse é um sinal de que a sociedade já começa a se preocupar com o distanciamento educacional do Brasil com o dos demais países. É esse o caminho para revertermos o quadro de uma educação “domesticadora” para “humanizadora”.</p> <p><b>Implicação</b> – valorização da educação de resultados efetivos para o indivíduo.</p>

Fonte: Kraemer, 2005p.1

Como se pode observar há significativas diferenças entre as duas concepções. Se na primeira visa-se unicamente à promoção para o ano subsequente; na segunda, para estes, o objetivo é a aprendizagem.

Se na primeira a avaliação é realizada com o fito de comparar, classificar, discriminar, na segunda seu objetivo é de promover o desenvolvimento psíquico, social e intelectual de cada educando. Tem a função de diagnóstico para detectar falhas e/ou a possibilidade de prosseguir. Cada aluno é observado na sua individualidade, considerando o meio de onde procede e vive. Considera a bagagem trazida por este para ao ingressar na escola, para a partir deste ponto promover o seu “crescimento”.

Na primeira são realizadas unicamente provas, testes, trabalhos e outros registros com o fito de, no final do ano, reter ou promover, na segunda procura alcan-

çar os objetivos traçados visando o desenvolvimento das competências dos educandos.

Enquanto a concepção tradicional tende-se para a conservação da predominância de um sistema injusto, excludente, discriminatório a concepção inovadora propõe ações para a formação de um indivíduo crítico, engajado na comunidade, capaz de realizar transformações, isto é, do indivíduo cidadão.

## **2. Que concepções de avaliação estão presentes na prática pedagógica da comunidade escolar?**

Antes de estabelecer considerações a respeito das concepções sobre avaliação da aprendizagem presentes na comunidade escolar, é preciso desmistificar o que se entende por comunidade escolar.

Os pais matriculam seus filhos na escola da comunidade onde a mesma está inserida e deixam, quase exclusivamente sob a responsabilidade desta, o dever, a obrigação da educação de seus filhos. A escola não é tida como co-responsável pelo desenvolvimento do aluno, mas sim a única. É como se dissesse: Aqui está meu filho, educá-lo é sua responsabilidade. A instituição escolar é tida como “algo separado” da comunidade.

Por sua vez os professores, infelizmente em expressiva quantidade, recebem os alunos, tentam ministrá-los “conhecimentos” até por vezes insignificativos, desvirtuados da sua realidade e da realidade da comunidade da escola. Poucos estão engajados no cotidiano da comunidade local. Assemelham, para esta comunidade, como “sistemáticos turistas” dos dias úteis que para tanto são remunerados.

Os administradores ainda não exercem uma gestão democrática, transparente e participativa. Os conselhos, as associações de pais não são tidos como partes integrantes da gestão. Alheatoriamente são convocados para postar assinaturas em documentos ou assinatura de cheques devido às exigências quando da prestação de contas.

O órgão central da Secretaria da Educação precisa estar muito mais próximo das escolas, sentido suas necessidades, priorizando indiscutivelmente as ações que tendem para que a aprendizagem aconteça, para “o pedagógico”.

Para os governantes a educação é preciso ser concebida como prioridade absoluta.

O envolvimento, o engajamento, a responsabilidade e o comprometimento dos segmentos citados com a educação, é que constituirão uma comunidade escolar significativa, poderosa.

Para responder a questão sobre as concepções de avaliação que estão presentes na prática pedagógica da comunidade escolar, fundamentamo-nos no que afirma Luckesi:

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais para uma pedagogia do exame que uma pedagogia do ensino/aprendizagem. ( Luckesi, 2006, p. 18)

Portanto o “aprender” como processo de desenvolvimento das aptidões já trazidas pelos educandos e a aquisição de “conhecimentos” que promova a transformação do aluno, como parte integrante de uma comunidade para nela interagir e mudá-la incessantemente para melhor, ainda parece um pouco distante dos segmentos constitutivos da comunidade escolar.

O processo de avaliação, usado, em geral, reflete o pensamento dominante da sociedade capitalista, isto é, o da exclusão, da separação, da discriminação, da indiferença; onde o importante é a busca do ter em detrimento do ser. Não há ainda o entendimento de que somos seres interdependentes, seres sociais onde o “bem comum” deveria ser a meta a alcançar.

Fundamentados na compreensão de sociedade como acima descrita, os pais, aqueles que podem, simplesmente querem que seus filhos tirem boas notas e sejam promovidos, que superem os demais alunos neste quesito, pois desejam que seus filhos sejam bem sucedidos, numa filosofia do ter, onde o importante é a obtenção de lucros, mesmo que para isso o importante não é formar-se no que desejariam, mas no que proporcione o maior ganho financeiro.

Quanto aos que não podem, bem esses relegam única e exclusivamente para a escola a tarefa de educação, sem muito esperar, até porque são dotados de poucos conhecimentos quanto a função primordial da escola e da educação.

É como afirma Perrenoud em relação à participação das famílias com relação ao processo de aprendizagem das crianças:

Os pais ocupam uma outra posição, têm outras preocupações, outra visão da escola, outra formação, outra experiência de vida. Portanto não podem, a priori, compreender e partilhar todos os valores e representações do professor. Seria ingênuo esperar da maioria dos pais o esforço de descentralização e a responsabilidade que se pode esperar de um profissional formado e experiente. Além disso, eles são muito diferentes uns dos outros. Cada um deles é produto de uma história de vida, de uma cultura, de uma condição social, que determina sua relação com a escola e com o saber. A competência dos professores consiste em aceitar os pais como eles são, em sua diversidade. (Perrenoud, 2000, p.117)”

Em relação aos alunos, estes têm a atenção voltada unicamente para a promoção, portanto é preciso tirar nota, não importando o meio para tanto, até porque, foram desta forma, conduzidos pelos professores e pais. Tanto é verdade que, embora o Calendário Escolar, tenha o término dos dias letivos previsto para, por exemplo, após a primeira quinzena de dezembro, após a elaboração da última avaliação que geralmente vai até o final de novembro, já não aparecem mais na escola. Daí se tornar já característica a expressão; “Já fechei todas as matérias. Não vou mais à escola”.

Inculca-se na cabeça das crianças que a escola se resume a nota, as provas e o boletim, qual sentido, então, ir para a escola quando o que é importante já se encerrou. É a lógica que domina as escolas.

E os professores? Bem os professores, são agentes principais do processo ensino-aprendizagem e na sua quase totalidade, utilizam “a prova” como o meio único de avaliação. A prova é uma avaliação que tem o caráter de exame, de seleção, que promove a separação, a discriminação. São assim caracterizados os alunos como os que aprendem (os que tiram notas altas) e os que não aprendem (os que não conseguem tirar notas altas). Portanto a avaliação não é concebida como um componente do processo ensino-aprendizagem, mas sim como instrumento de classificação. Para melhor espelhar esta situação, vejamos a citação de Vasconcelos:

No principio era o caos. Um dia, o professor descobriu que podia mandar o aluno para fora da sala de aula, que a instituição cuidava de ameaçá-lo com a expulsão. Mais tarde um pouco, descobriu que tinha em mãos uma arma muito mais poderosa: **a nota**. Começa a usá-la, então, para conse-

guir a ordem no caos. O caos se fez cosmos, maldito cosmos da nota...  
(Vasconcellos, 2005, p. 17)

Desta forma a “nota” tornou, para o professor, como instrumento de ameaça, de coação, de tentativa de conter a indisciplina, de represália e até mesmo de perseguição. Desta forma, como diz Luckesi,( 2006, p.19) “As notas demonstram o quanto o professor utiliza-se das provas como fator negativo de motivação. O aluno deverá se dedicar aos estudos não porque os conteúdos sejam importantes, significativos e prazerosos de serem aprendidos, mas sim porque estão ameaçados por uma prova. O medo os levará a estudar”.

Segundo Libâneo (2004, p. 253), a avaliação sempre deve ter caráter de diagnóstico e processual, pois ela precisa ajudar os professores a identificarem aspectos em que os alunos apresentam dificuldades. A partir daí, os professores poderão refletir sobre a sua prática e buscar formas de solucionar problemas de aprendizagem ainda durante o processo e não apenas no final da unidade ou no final do ano.

Para o professor a avaliação deveria ser concebida como um componente do processo ensino-aprendizagem, enfocada como uma relação, professor x conhecimento x aluno, sendo o último o centro de todo o processo. Quando a avaliação é pensada dessa forma, existem provas, trabalhos, notas, mas eles não são o centro do processo de ensino/aprendizagem, são apenas um instrumento, uma ferramenta, necessária, mas não única.

Com referência aos estabelecimentos de ensino, estes parecem um tanto indecisos quanto a uma tomada de decisão. Até porque o “sistema” exige, que os professores realizem provas com certo número de questões que se traduzem em notas lançados em documentos para no final do ano, indicar a promoção ou a retenção. Desta forma as instituições de ensino estão focadas nos resultados obtidos na realização de provas e exames. Daí então se tem a porcentagem de aprovados, de reprovados, ou de evasão, em relação ao total de seus alunos. O que não se pode afirmar categoricamente se a aprendizagem está acontecendo.

Pelo exposto anteriormente, avaliação deve ser entendida como um processo que abrange não só o profissional docente e o aluno, mas a todos os segmentos da comunidade escolar, estendendo desta forma para toda comunidade externa. É um processo de interesse coletivo e que, portanto deveria ser encarada com mais responsabilidade.

Em artigo postado pela Universidade Federal da Bahia, fica bem caracterizado de como é entendida a avaliação:

O objetivo da avaliação depende da finalidade da educação e do conceito de ensino: "A avaliação é usada para atribuir uma nota e classificar o aluno como aprovado ou reprovado? E excluir os reprovados? Nesse caso, a avaliação se reduz a testes, a provas e exames. A finalidade do ensino se reduz à preparação as provas e exames, e a avaliação será reduzida como instrumento disciplinador, visando a estagnação, à conversação do modelo social em que o mais fraco, mais desprovido de recursos, o mais dependente, deve obedecer sem questionar, deve seguir ordens dadas, sob pena de ser classificado como incapaz. Trata-se de um modelo de educação para a dependência e a aceitação passiva do que está posto. Sem possibilidade de transformação. Avaliamos para promover o aluno? Para ajudá-lo a crescer, a compreender o mundo e atuar como sujeito de sua história? Nesse caso, a avaliação será utilizada como procedimento de preparação do aluno para a conquista de sua autonomia, visando à transformação do modelo de sociedade, para que cada pessoa se assuma cidadão, consciente de seus direitos, de seus deveres e dos compromissos com a coletividade. (UFBA .2008 p.9)

Na segunda concepção, a avaliação tem como finalidade principal acolher o aluno, seja ele quem for. A aprendizagem é concebida como uma ação que visa o desenvolvimento do educando de formal integral. Os alunos que adentram ao estabelecimento de ensino são recebidos como seres sociais, oriundos de uma comunidade onde os mesmos estão inseridos, trazendo uma bagagem consigo e a ação da escola é promover, a partir de então, respeitando a diversidade cultural desta sociedade, o seu "crescimento" visando a sua inserção nessa comunidade com possibilidades de interagir nesse meio a partir da apreensão dos conhecimentos socialmente construídos.

Dentro dessa perspectiva os professores não tomam a avaliação como um instrumento de retenção, de classificação, de exame, mas como parte do processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de verificação de que meios usar, que ações executar, que atitudes tomar, quais estratégias priorizar, quais recursos utilizar para que a aprendizagem aconteça.

Ainda do mesmo site acima citado, para efeito de melhor esclarecer o objetivo da avaliação, transpomos aqui a afirmação:

Nessa perspectiva a avaliação deve estar voltada para a aprendizagem do aluno - (a aprovação é apenas uma consequência) - e para a sua inclusão nos processos escolares e na sociedade como ser ativo, autônomo, ético, informado, participante dos processos de produção e de melhoria social: Nesse caso, a avaliação será realizada para:- diagnosticar, ou seja, conhecer as condições de trabalho, as dificuldades e possibilidades do aluno;-

melhorar as condições e subsidiar o curso de ação didática a cada etapa do processo, ou seja, corrigir distorções, indicar possibilidades, modificar estratégias;- tomar decisões referentes à necessária intervenção pedagógica (mudar materiais didáticos, rever metodologia, apoiar alunos com dificuldades etc.). Assim, somente tendo clareza sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, poderão todos: gestores, professores, alunos e pais, dar um novo significado ao processo de avaliação, contribuindo, assim, para o cumprimento da função social da escola pública. (UFBA, 2008. p.10)

Se os profissionais da educação, alunos pais e sociedade se colocarem abertos e receptivos a essa nova percepção de avaliação, juntando ação à teoria, colocando em prática seus fundamentos, estaremos caminhando para um novo modelo de escola e, por conseguinte, de sociedade.

Desta forma professores e escolas terão a razão máxima para existirem, suas funções serão consideradas indispensáveis na formação dos indivíduos para a constituição de uma sociedade mais justa, participativa, democrática e de cooperação, onde as pessoas se sentem interdependentes.

“Os tempos” são outros, outras são as necessidades e objetivos; portanto mudanças precisam acontecer.

### **3 AS INTERELAÇÕES ENTRE OS SEGMENTOS CONSTITUTIVOS DA COMUNIDADE ESCOLAR E A AVALIAÇÃO.**

Sem dúvida alguma há de se admitir que um bom relacionamento entre os agentes que constituem a comunidade escolar de um determinado estabelecimento de ensino, influência deveras para que a aprendizagem aconteça. Nem tanto o autoritarismo desmedido, nem tão pouco a indiferença ou o liberalismo descompromissado, podem resultar numa aprendizagem de qualidade.

O comprometimento e o engajamento dos profissionais do magistério, somando-se às atitudes que possibilitam a efetiva participação dos alunos resultam num “clima” que propicia a concretização da aprendizagem.

A escola, alicerçada numa concepção pedagógica adotada pela rede, precisa indicar o “norte” a seguir. Desta forma os professores, norteados por essa concepção, precisam a ela estar aderidos e as atividades curriculares precisam ser devidamente planejadas visando o fim almejado.

Estabelecido um ambiente escolar de relações sólidas, comprometidas, onde predominam o respeito, a confiança, a aceitação, a compreensão, a solidarieda-

---

de, e acima de tudo, o comprometimento com a aprendizagem dos alunos, a aprendizagem resulta como uma conseqüência desse proceder. Esta escola, indubitavelmente, terá o reconhecimento da comunidade onde ela está inserida.

E a avaliação? Bem esta se constituirá tão somente como um componente do processo ensino-aprendizagem. Os alunos nessa escola constituir-se-ão como a “pedra angular” dessa construção.

#### **4 AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ALTÔNIA**

No final do ano de 2007, quando intencionava-se implantar o Ensino Fundamental de 9 anos, previsto para o ano seguinte, a Secretaria Municipal de Educação de Altônia realizou uma pesquisa junto aos professores da rede municipal para saber como seria o processo de avaliação a ser adotado nesta modalidade de ensino. Se de ciclo ou anos (com retenção) ou se misto (ciclo e anos). Obteve-se como resultado, cerca de aproximadamente 90% (noventa por cento) dos docentes optando por anos, com retenção.

Tal fato demonstra que a maioria absoluta dos professores do quadro do magistério municipal, ainda concebe a avaliação como exame, como processo de classificação, de retenção. Não há aqui nenhuma intenção de “taxá-los” como culpados, até porque não há culpados e a questão não é tão simples assim. A avaliação era, foi e ainda é assim concebida. O “sistema” assim a caracterizou e ainda a caracteriza. Estamos numa fase de transição em que ela precisa ser discutida, estudada, analisada e revista. É um processo de médio e longo prazo que necessita ser iniciado.

Ainda para comprovar o que acima se expôs, um outro fato precisa ser citado. No encerramento do ano letivo de 2008, quando da realização do conselho de classe, e por decisão deste, em uma turma de 2ª série do ensino fundamental de 09 anos, com 18 alunos, em uma determinada escola da rede, 50% (cinquenta por cento) desse total foram retidos. A alegação era de que não tinham condições de serem aprovados. Diante deste fato se questiona: Que iniciativas foram feitas para, desde o início do ano, se pudesse proporcionar meios para sanar as dificuldades de aprendizagem da turma? Se esses alunos não possuíam nenhum problema biológico, psíquico, mental que justificassem a não aprendizagem, porque ela não aconteceu?

rando dar outro enfoque quanto a compreensão e objetivo da avaliação, na expectativa de torná-la como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem.

A Secretaria Municipal de Educação tem feito sistematicamente, em todas as séries, avaliações diagnósticas com o fito de detectar dificuldades na aprendizagem das crianças para oferecer todo amparo preciso às escolas da rede, tentando possibilitar a “acolhida” desses alunos para que eles não sejam simplesmente retidos, e que ocorram meios e condições de prosseguir na caminhada.

No início essas ações não foram bem recebidas pelos professores. Pensavam que a secretaria pretendia fazendo ingerências nas escolas, com o pretexto de estabelecer comparações, de fazer discriminação. Também é verdade que tais ações resultem em reclamações por parte daqueles, que acostumados a reclamar, sintam-se incomodados com as mudanças, como no dizer de Vasconcellos:

Veja bem, se você quiser, pode continuar só se lamuriando a respeito dos problemas da Avaliação (e da profissão); motivo para reclamar é que não falta. Existem hoje muitas justificativas, até científicas para a gente não fazer nada: é o sistema, a legislação, o salário, o número de alunos por sala, os pais, os alunos, os colegas, os superiores, etc., etc. Pode ficar tranquilo, Ninguém é obrigado a sair da mediocridade. Ninguém é obrigado a ser agente da própria história. Ninguém é obrigado a se comprometer com uma educação democrática. (Vasconcellos, 2005, p. 65)

Depois de várias reuniões, de muito diálogo, entenderam qual o objetivo principal do órgão gestor da educação, qual seja, diagnosticar para promover as ações possíveis no intuito de que a aprendizagem aconteça e evitar a retenção de alunos.

No entanto, como expõe Vasconcellos, entende-se que o que se precisa hoje não é tanto uma nova relação de idéias sobre a realidade, mas sim um a nova relação com as idéias e com a realidade. As idéias, quando assumidas por um coletivo organizado, tornam-se “força material”. Novas idéias abrem possibilidades de mudanças, mas não mudam. O que muda a realidade é a prática. Portanto não basta que o professor tenha adquirido uma nova concepção de avaliação, o importante é que expresse isso na prática, no cotidiano da ação educativa. Para isso é preciso:

- não ser autoritário no processo de avaliar;
- conhecer plenamente seus alunos, suas diferenças, suas necessidades, suas origens;

- repensar sobre as metodologias, as estratégias, das atividades curriculares a serem ministradas;
- praticar a avaliação como componente do processo ensino-aprendizagem;
- usar o resultado da avaliação, como diagnóstico a fim de tomar decisões quanto ao prosseguir do trabalho nesse processo.

De onde se está para onde se quer chegar, servimo-nos de Hoffmann, para melhor esclarecer:

De uma avaliação a serviço da classificação, seleção, seriação...	> a uma avaliação a serviço da aprendizagem do aluno, da formação, da promoção da cidadania.
De uma atitude de reprodução, de alienação, de cumprimento de normas...	> à mobilização, à inquietação, na busca de sentido e significado para essa ação.
Da intenção prognostica, somativa, de explicação e apresentação de resultados finais...	> à intenção de acompanhamento permanente, de mediação, de intervenção pedagógica para a melhoria da aprendizagem.
Da visão unilateral (centrada no professor) e unidimensional (centrada nas medidas padronizadas e na fragmentação disciplinas)...	> à visão dialógica, de negociação entre os envolvidos e multirreferencial (objetivos, valores, discussão interdisciplinar).
Do privilégio à homogeneidade, à classificação, à competição...	> ao respeito à individualidade, à confiança na capacidade de todos, à interação e à socialização.

(Hoffmann, 2001; p.19)

Embora considere o quadro atual ainda preocupante, não se pode ignorar que já houve mudanças significativas, basta observar o quadro abaixo quanto a retenção e evasão de alunos na rede municipal de ensino de Altônia, nos últimos 08 anos:

**QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DOS ALUNOS  
MATRÍCULAS, TRANSFERÊNCIAS, EVASÃO, REPROVAÇÃO E APROVAÇÃO.**

R	ANOS		ENSINO FUNDAMENTAL				TOTAL
			1ª série 1º ano	2ª série 2º ano	3ª série	4ª série	
ALUNOS MATRICULADOS	2002		354	395	336	347	1432
	2003		376	380	347	333	1436
	2004		388	383	374	344	1489
	2005		391	393	350	371	1505
	2006		373	351	349	337	1410
	2007		358	338	288	312	1296

E D E  M U N I C I P A L  D		2008	243	280	338	321	302	1484	
		2009	287		266	280	349	305	1487
	ALUNOS DESISTENTES	2002	3		0		1	3	7
		2003	1		0		2	1	4
		2004	2		1		1	0	4
		2005	3		0		0	11	14
		2006	1		0		3	3	7
		2007	0		0		0	0	0
		2008	0	0	0		1	0	1
		2009	0		0	0	0	0	0
		ALUNOS APROVADOS	2002	271		292		260	296
	2003		306		299		284	283	1172
	2004		293		279		307	290	1169
	2005		293		299		283	303	1178
	2006		280		262		291	285	1178
	2007		318		291		268	323	1200
	2008		221	264	308		284	278	1355
	2009		274		238	245	323	291	3171
	ALUNOS REPROVADOS		2002	37		48		22	11
		2003	30		33		16	15	94
		2004	30		48		21	14	113
		2005	31		36		26	18	111
		2006	36		43		24	16	119
		2007	32		35		10	04	81
		2008	00	00	35		10	02	47
		2009	00		00	11	08	01	20
		ALUNOS TRANSFERIDOS	2002	49		55		53	37
	2003		48		48		45	44	185
2004	63		55		45	40	203		
2005	64		58		38	40	200		
2006	54		46		31	43	174		
2007	32		30		24	21	107		
2008	22		16	45		26	22	131	
2009	13		24	28	18	13	96		

Fonte: Plano Municipal de Educação de Altônia-PR

Este quadro apresenta a movimentação dos alunos de todas as escolas da rede nos anos iniciais do ensino fundamental, que é de competência do município. Grifamos a movimentação relacionada com evasão e retenção porque, neste trabalho, é o que nos interessa.

Como podemos observar, já houve considerável progresso quanto a prática avaliativa fundamentada na retenção de alunos. No entanto ainda há muito a caminhar. Preciso é estabelecer uma ampla discussão com os profissionais do magistério, com a comunidade escolar para considerar a avaliação como um componente do

processo ensino-aprendizagem que venha acolher e promover o aluno, possibilitar que ele cresça e evolua, e desta forma se torne um cidadão autônomo, integrante de uma comunidade, onde nela agindo possa contribuir para o seu desenvolvimento.

Outro ponto importante a considerar é quanto à evasão. Como se pode observar no quadro anterior, a partir de 2007, praticamente, não houve desistência. Por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, buscam-se todos os meios possíveis, faz-se o que for preciso para evitar a evasão nas escolas da rede.

Como exemplo pode-se citar algumas ações desenvolvidas no município para o citado fim:

- o trabalho desenvolvido por todas as pedagogas das escolas que, em caso de faltas consecutivas de alunos, vão até a suas casas para saber do motivo e promover ações para solucionar os problemas;

- a atuação Conselho Tutelar que tem sido um grande aliado nesse processo. Sempre quando acionado tem prestado serviços de relevância para o combate a evasão.

- a atuação da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social na priorização do atendimento aos alunos da rede.

Há na rede, em todas as escolas, a Sala de Apoio Pedagógico que presta atendimentos aos alunos com dificuldade de aprendizagem no turno diverso ao qual freqüenta a escola.

A Secretaria de Educação tem disponibilizado às escolas, profissionais para auxiliar no processo de alfabetização das crianças quando extremamente necessário.

O que se percebe é que objetivo maior da secretaria é o de proporcionar uma educação de qualidade para todos. Não se está apregoando a promoção automática, por si mesma. Tem-se como meta primordial a **aprendizagem** dos educandos. E para isso faz-se o que for preciso: estudo de recuperação, sala de apoio pedagógico, reforço escolar, auxiliares para leitura, etc.

Também é preciso que o que se ensina seja significativo, que traga prazer naquele que aprende. Desta forma a aprendizagem vai acontecer de forma prazerosa e a avaliação resulta como uma conseqüência e não como instrumento de coerção, de classificação ou como um ato que atemoriza.

Da mesma forma, não se pode ignorar que a nossa clientela atual é outra, urge que se utilizem outros recursos e instrumentos nas atividades curriculares. Não

só mais o lápis, a caneta, o caderno, o livro didático, o apagador, o giz, a lousa; mas o computador, a internet, o DVD, o CD, isto é, as mídias que estão presentes em nossos dias e são do domínio de nossos alunos. De repente não serão mais o caderno e a caneta os materiais essenciais para as anotações dos alunos, mas o “notebook”.

Ser professor, ou melhor, ser educador, termo que melhor expressa a quem optou pela ação de educar, precisa ter dedicação para tanto. Precisa estar em constante formação, evoluindo e aperfeiçoando-se sempre. Portanto precisa ser valorizado, ter tempo disponível para os encargos que a profissão lhe exige. Precisa ser competente e ter um salário compatível com sua função, com a responsabilidade que tem, enfim cabe aos professores formar cidadãos que constituem a sociedade que são os profissionais, os pais, os governantes.

## **CONCLUSÃO**

Para finalizar esta reflexão sobre a avaliação na Rede Municipal de Ensino de Altônia, recorremos a Luckesi, por entender que suas considerações sobre a avaliação da aprendizagem escolar são as que mais sintetizam, o ponto de vista expresso nesse artigo. Para esse autor:

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la. Mas... fica o convite a todos nós. É uma meta a ser trabalhada, que, com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo. (Luckesi, 2006 p.180)

Como observa Luckesi, o ato de avaliar significa acolher, incluir, buscar. Deve ter como objetivo principal diagnosticar o andamento do processo de ensino/aprendizagem para que, se observadas dificuldades procurar saná-las e para isso precisa-se fazer o que for preciso.

Sabe-se que há um grande desafio a ser vencido em busca de novos caminhos. Há os acomodados, os indiferentes, os intransigentes que não querem mudanças. Mas essas barreiras precisam ser vencidas se é que queremos uma educação de qualidade para todos. Urge que mudamos nossa concepção sobre a avalia-

ção da aprendizagem escolar. Precisamos demolir as “construções” edificadas há muito tempo, por uma sociedade elitista, injusta, excludente e desigual sobre a avaliação. Se conseguirmos mudar a avaliação dentro dos novos paradigmas, com certeza vamos mudar a escola. Se mudarmos a escola, mudamos a sociedade.

Se concebemos a educação como processo de transformação, não há outro caminho a seguir. Mudemos nossa concepção sobre avaliação, rompemos com o pré-estabelecido em favor de nossas crianças, principalmente das que mais precisam: as excluídas, as discriminadas e construamos um novo caminho que abriga e acolhe. Desta forma estaremos construindo uma nova escola, onde vão estar pessoas mais felizes.

Professores e alunos ensinando e/ou aprendendo, convivendo e interrelacionando-se, numa mediação salutar e responsável, na busca incessante do melhor, numa educação de qualidade para todos.

Ainda parafraseando Luckesi. A qualidade de vida deve estar sempre colocada como o fim a ser alcançado. Ela é a meta. Não adianta o uso de tantos desvios, de tantos recursos, caso a vida não seja “sentida”, “vivida”. A prática da avaliação da aprendizagem, para manifestar-se como tal, deve apontar para a busca do melhor de todos os educandos, por isso é diagnóstica, e não voltada para a seleção de uns poucos, como se comportam os exames. Por si, a avaliação é inclusiva e, portanto, democrática e amorosa. Por ela, por onde quer que se passe, não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção. Não há submissão, mas sim liberdade. Não há medo, mas sim espontaneidade e busca.

“Não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente, em busca do melhor. Sempre” ( Luckesi)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico – Crítica. Campinas S: Autores Associados, 2009.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIBÂNEO, José C. A Avaliação Escolar. In Didática. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

VASCONCELOS, Celso dos S. AVALIAÇÃO: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. São Paulo: Libertad, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Concepções de Avaliação da Aprendizagem na Escola.